



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER – PL/GO**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2025.**
(Do Sr. GUSTAVO GAYER)

Solicita informações ao Sr. Ministro-chefe da casa civil, a respeito do dossiê enviado à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), contendo denúncias e acusações em desfavor da Ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Casa Civil, informações a respeito do dossiê enviado à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), contendo denúncias e acusações que a Ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves, tentou negociar a saída da secretária nacional, Carmen Foro, com oferta de verba.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações e, também, tendo como base os informativos veiculados pela imprensa, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos, conforme o dossiê enviado à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP):

- 1) *O dossiê não especifica qual seria o papel ou a responsabilidade de Carmen Foro no evento internacional? Qual era a função proposta para Carmen Foro na COP30?*
- 2) *Qual a justificativa para tal designação e como essa decisão se alinha com os interesses do governo brasileiro na COP30?*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 25/02/2025 10:54:52.820 - Mesa

RIC n.526/2025

- 3) *Qual é a origem dos recursos oferecidos para a saída de Carmen Foro, da Secretaria Nacional?*
- 4) *Quais recursos financeiros foram mencionados? Estes recursos são provenientes de fundos públicos ou privados? Se são recursos públicos, qual foi o processo de aprovação e alocação orçamentária para esses valores?*
- 5) *Dado o caráter grave das acusações, quais as medidas que a Casa Civil está tomando referentes as investigações internas para verificar a veracidade das alegações e a conformidade das ações descritas com os princípios da administração pública?*
- 6) *Quais os procedimentos formais já em andamento para apurar essas graves denúncias?*
- 7) *O Governo Federal tem o compromisso de agir com moralidade e transparência. Que ações a Casa Civil está adotando para garantir que qualquer conduta que desrespeite esses princípios seja punida de maneira adequada e que a população tenha confiança nas suas lideranças?*
- 8) *Como a Casa Civil garante que tais práticas não comprometam os princípios da ética e da transparência no governo federal?*
- 9) *A Ministra Aparecida Gonçalves foi informada de que as acusações poderiam resultar em uma investigação formal?*
- 10) *A Ministra foi chamada a se manifestar sobre os fatos mencionados no dossiê? Quais esclarecimentos ela apresentou à Comissão de Ética Pública e à CGU?*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro-chefe da Casa Civil entenda como pertinentes, para fornecer explicações sobre os fatos relatados que envolvem acusações de negociações indevidas no âmbito do governo federal.



CD250033098300



JUSTIFICAÇÃO

Manifestamos nossa preocupação acerca das denúncias e acusações contidas no dossiê encaminhado à Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) e à Controladoria-Geral da União (CGU), que envolvem a Ministra das Mulheres, Aparecida Gonçalves, e a secretária nacional, Carmen Foro.

Segundo notícias¹, no dia 9 de agosto de 2024, Carmen Foro deixou seu cargo no Ministério das Mulheres, após alegar ter sido vítima de racismo. Apenas três dias depois, a ministra Cida Gonçalves reuniu-se com sua equipe e afirmou que já havia tentado “negociar” a saída de Carmen um mês e meio antes da demissão. Essa informação veio à tona por meio de gravações feitas por servidores da pasta e agora está em posse da Presidência da República.

Também, a reportagem informa que de acordo com o jornal “O Estado de S. Paulo”, as gravações revelam que Cida Gonçalves teria sugerido um acordo que incluía aumento de recursos para entidades no Pará, estado natal de Carmen Foro, além de financiamento externo para uma possível candidatura política da ex-secretária. *“Eu disse para ela que a gente tinha que construir uma saída, porque ela estava muito mais como candidata no Pará do que como secretária nacional”*, declarou Cida, conforme divulgado pelo “Estadão”. A ministra também afirmou que buscava apoio institucional para que Carmen desempenhasse um papel na COP30, além de garantir recursos para manter sua base política no Pará.

Salienta-se, que o dossiê apresenta alegações de que a Ministra Aparecida Gonçalves teria tentado negociar a saída da secretária Carmen Foro, fazendo uma oferta de verba, sem especificar qual seria a

¹ <https://www.folhadestra.com/ministra-das-mulheres-e-acusada-de-tentar-negociar-saida-de-secretaria-com-oferta-de-verba/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 25/02/2025 10:54:52.820 - Mesa

RIC n.526/2025

função de Carmen Foro na COP30, nem a origem dos recursos prometidos. Tal acusação levanta sérias questões éticas e legais que exigem uma análise aprofundada e urgente, a fim de garantir a transparência e a responsabilidade pública das ações dos membros do governo.

Em primeiro lugar, a falta de clareza sobre a função de Carmen Foro na COP30 e a origem dos recursos propostos para sua saída da Secretaria Nacional são extremamente preocupantes. A ausência de informações precisas e a natureza da proposta, conforme relatada, podem configurar um grave desvio de conduta, não só pela possibilidade de favorecimento indevido, mas também por comprometer a ética administrativa e a confiança da população nas instituições públicas.

Além disso, a utilização de recursos públicos de forma não especificada pode configurar não apenas um desrespeito aos princípios da administração pública, mas também um risco à integridade da gestão pública, exigindo uma apuração minuciosa por parte dos órgãos competentes, como a Comissão de Ética e a Controladoria-Geral da União.

Pelo exposto, solicitamos que as autoridades competentes tomem as medidas cabíveis para esclarecer essas graves acusações e garantir que os principais responsáveis sejam responsabilizados de acordo com a legislação vigente.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

